

ERA VERÃO. ERA TUDO OU NADA

Noite de Natal num sítio nas proximidades do Rio de Janeiro. O verão chegara havia poucos dias e já era possível divisar 1964 no horizonte. A ceia terminara havia algum tempo. Mas, na mesa de jantar, em pratos praticamente vazios, ainda estavam espalhados pedaços de rabanada e porções de nozes e avelãs. Tomando a última taça de vinho, o presidente João Goulart estava refestelado no sofá, ao lado de um dos seus filhos, já sonolento. Um assessor entrou na sala e, como num desabafo, Jango começou um monólogo:

“Essa gente pensa que tenho medo. Medo de quê? Ninguém nesse país sofreu mais pressões do que eu. A primeira ação agressiva de militares contra um homem público, no Brasil, foi contra mim. Eles redigiram um manifesto e me derrubaram do Ministério do Trabalho. Quando fui candidato à Vice-Presidência da República, o ministro da Guerra falou pelo rádio no dia da eleição para dizer que não adiantava me elegerem. Não tomaria posse. Quando o presidente [Jânio Quadros] renunciou, os três ministros militares decidiram não me empossar. Foi preciso uma revolução, quase uma guerra civil, para que eu chegasse ao poder. Agora é esse barulho todo porque quero fazer as reformas. Mas vou fazer mesmo. Não adianta. Não vou conversar mais com políticos. Não adianta. São contra. Só converso com militares. Eles me entendem. Ministério, nem sei se adianta mudar. O Juscelino é prisioneiro do PSD. Não posso ir com esse homem para a sucessão. No fundo, é contra a reforma como qualquer pessedista. Esse Carlos Lacerda não vai. O povo não vai permitir. Tem aí o Magalhães, homem terrível, manhoso. Apoia as

reformas sem querer nada, talvez redesconto, a gente fica sem saber. Mas estão todos enganados, não vou passar mais um ano assim. Vou fazer a reforma agrária, vou desapropriar essas terras das margens das estradas. Escolhi isso de propósito, sei a quem estou ferindo.”¹

O presidente olhou de relance o assessor, que, em silêncio, apenas se remexia na cadeira. O menino, recostado em seu ombro, adormecera.

INTRODUÇÃO

OS CONTORNOS DO CAOS

Agosto de 1961 a dezembro de 1963

Quando foi subitamente acordado, num hotel em Cingapura, na madrugada de 26 de agosto de 1961, João Goulart não imaginava que sua vida, a partir dali, daria uma grande reviravolta. Jango dormia ao lado de uma garota de programa e havia acabado de chegar de Xangai. Estava em sono profundo e quem ouviu as insistentes batidas na porta do quarto e o acordou foi a moça que o acompanhava. Assim que Jango a abriu, recebeu a bomba: “Acorda e te veste. O Jânio renunciou e tu és agora o presidente do Brasil”², disse-lhe, em tom de urgência, o jornalista João Etcheverry, que fazia a cobertura da viagem e soube da notícia através do telefonema do correspondente da agência norte-americana *Associated Press*.

“O quê? Não pode ser! Como é que os chineses não nos avisaram nada?”, perguntou Jango, estupefato, ao seu secretário de imprensa Raul Ryff, que, com Etcheverry, fora lhe avisar da bomba: “Foi tudo esta noite, há pouco; lá no Brasil agora é o início da tarde”³, respondeu Ryff, que, de tão atônito, esquecer-se de vestir a camisa. Já Etcheverry estava com os pés descalços, e Jango, de cuecas. Como todo o Brasil, foram pegos de surpresa.

Refeitos do susto, enquanto aguardavam que se completasse a ligação internacional para que soubessem de mais detalhes da renúncia inesperada, convocaram o restante da pequena comitiva para que, da suíte de João Goulart, aguardassem mais notícias. Foi quando o senador Barros de Carvalho,

do PTB, sugeriu que fosse feito um brinde de champanhe ao novo presidente. Jango, muito precavido, com os pés no chão, respondeu: “Barros, se você quer tomar champanhe não há inconveniente algum. Vamos buscar champanhe no bar, mas não para comemorar a minha chegada à presidência e sim em homenagem ao imprevisível.”⁴

Jango tinha razão em seu comedimento. Certamente, só ele tinha a noção exata da dimensão do problema que o aguardava, pois, além do seu passado de lutas pelo trabalhismo, estar em visita oficial no país onde Mao Tsé-Tung dava as cartas não era exatamente o mais recomendável para quem almejasse o posto de presidente do Brasil, como era o caso de Goulart.

A razão era óbvia. Eram tempos do auge na Guerra Fria, e a China comunista estava condenada ao ostracismo pelo mundo ocidental. Na lista negra dos Estados Unidos, não era membro da ONU (Organização das Nações Unidas) e mantinha relações somente com países do Leste Europeu e com a Inglaterra, mas, com esta, apenas porque os ingleses tinham posse da colônia de Hong Kong, encravada em pleno território chinês.

Se Goulart estivesse no Brasil, seria até possível uma transição menos traumática, mesmo sendo ele um “comunista” para a maioria dos militares. Mas, como estava distante, e ainda num país cuja ideologia causava arrepios aos poderosos do ocidente, houve imediata resistência. Talvez por saber disso, segundo a maior parte das análises, Jânio Quadros tenha escolhido justo aquele momento para anunciar sua renúncia. Acreditava que, com a rejeição

dos militares a Jango e o clamor popular, teria tempo para ser reconduzido à presidência com plenos poderes.

O plano, porém, não deu certo. O Congresso, aturdido e se sentindo ameaçado, não hesitou em aceitar a sua renúncia. Os mais conservadores, preocupados com a sua política externa extravagante, também não se mexeram. Os progressistas tampouco se manifestaram, já que era execrado pelas esquerdas. Aos seus ministros militares, Jânio recomendou que



O aperto de mãos entre João Goulart e Jânio Quadros não retratava as suas flagrantes divergências políticas

formassem uma Junta, sem cogitar em momento algum a posse do seu vice, João Goulart, não por acaso, seu adversário político.⁵

Para os ministros militares, Jango era mesmo uma opção perigosa: “Estamos na encruzilhada: democracia ou comunismo.” Eram palavras do marechal Odílio Denys, ministro da Guerra, estampadas em manchete na primeira página do *O Globo*. O aviso à nação fora feito através de entrevista concedida a UPI: “Chegou a hora de escolher entre democracia e comunismo no Brasil. Nada tenho contra a pessoa do senhor João Goulart, mas à forma de governo que ele representa”, afirmou o marechal, que pretendia prendê-lo assim que chegasse ao Brasil.

João Goulart não seria aceito facilmente, mas havia quem o apoiasse. O general Henrique Lott declarava-se a favor da sua posse, exatamente como fizera em 1955, quando os militares tentaram um golpe se opondo à posse de Juscelino Kubitschek e de seu vice, o próprio Goulart. Embora também anticomunista, Lott era um legalista que, inclusive, concorrera às eleições de 1960 encabeçando a chapa com João Goulart.

Porém, essa intervenção de nada adiantou. Ignorando o fato de ser seu amigo, o marechal Denys simplesmente mandou prender Lott. Assim sendo, o veto a Jango se escancarava dramaticamente. Do Rio Grande do Sul, entretanto, sob o comando do governador Leonel Brizola, veio a resistência. A chamada Campanha da Legalidade ganhou força, contagiou o país e impediu o golpe engendrado pelos ministros militares. Contrariados, tanto o marechal Denys, da Guerra, quanto o almirante Sílvio Heck, da Marinha, e o brigadeiro Gabriel Grün Moss, da Aeronáutica, deixaram as suas pastas e passaram a conspirar.

Nesse quadro, submetido ao parlamentarismo⁶, João Goulart assumiu a presidência, mas não teve sossego em um só momento. Desde aquele instante até o dia em que foi deposto, em 31 de março de 1964, se sucederam crises e tentativas de desestabilização do seu governo. Tudo se agravou em 1963. Embora tenha comprovado a sua popularidade com a vitória no plebiscito que impôs o retorno ao sistema presidencialista⁷, a inflação galopante atingia o bolso de trabalhadores e sindicalistas, trazendo também insatisfação à base que historicamente sustentara a sua trajetória. As esquerdas não o perdoavam e o acusavam de fazer a chamada de “política de conciliação”. Cobravam mudanças de rumo que propiciassem a execução das chamadas reformas de base: agrária, educacional, fiscal, bancária e eleitoral. Para completar, o Plano Trienal também era um fracasso.⁸

Em março de 1963, Jango tentou reverter esse panorama crescente de protestos propondo ao Congresso Nacional a aprovação do projeto de reforma agrária, a que tinha um simbolismo mais forte, e que, a partir dali, se transformaria numa espécie de bandeira do governo. Houve uma grande mobilização de grupos de esquerda, que, liderados por Leonel Brizola, foram às ruas para pressionar os deputados. De nada adiantou. A comissão parlamentar recusou o projeto por sete votos a quatro.

A decisão do Congresso foi uma dura derrota política para o presidente. Ficava evidenciado, desde então, que o reformismo constitucional era uma possibilidade muito remota, o que deixava ainda mais distantes a oposição de direita e os extremistas de esquerda. Através do apoio do PSD, partido de JK, Jango tinha esperança de avançar nas reformas. Contudo, com o recuo dos pessedistas – que inicialmente se mostraram receptivos à questão agrária –, o revés foi inevitável.

O quadro político se deteriorava rapidamente. Brizola era a favor do confronto para se avançar nas conquistas sociais. Já estava convencido de que a radicalização era inevitável: “Se não dermos o golpe, eles o darão contra nós.”⁹ Assim sendo, não se conformando com o veto às reformas, passou a criar situações embaraçosas para Jango. No dia 5 de maio, estava em Natal (RN) em visita política e foi convidado a participar de um fórum de debates promovido pela Frente Nacionalista do Rio Grande Norte.

Da sacada do prédio onde acontecia o encontro, diante de uma multidão ansiosa que aguardava a sua palavra, fez um discurso de uma hora e 45 minutos, transmitido em rede nacional pela Rádio Mayrink Veiga. No seu estilo agressivo, cheio de arroubos verbais, atacou sem tréguas o comandante da guarnição da capital potiguar, o general Antônio Carlos Muricy, chamando-o de “gorila” e “golpista” e acusando-o de tramar a deposição do governo. Brizola fez alusão também à fuga de Muricy de Porto Alegre, “para não ser preso”, no decorrer da Campanha da Legalidade.¹⁰

O deputado petebista foi além: classificou o embaixador norte-americano Lincoln Gordon – que naquele momento era homenageado em um banquete oferecido pelo governador Aluísio Alves, onde estava também o general Muricy – de ser um “inspetor de colônias” e ainda exortou os soldados das três forças a usarem as suas armas como forma de pressão para que as reformas de base fossem aprovadas: “É preciso colocar mais lenha na fogueira e aumentar a pressão contra o Congresso para conseguir aprovação das reformas indispensáveis à vida brasileira”,¹¹ dizia.

Cunhado de Goulart, proscrito por isso, pois como parente do presidente não poderia se candidatar nas eleições de 1965¹², Brizola não tinha limites e, apesar da reação do círculo militar preocupado com a incitação à quebra da hierarquia, mantinha seu discurso incendiário. Para piorar as coisas, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) divulgou uma nota endossando as palavras de Brizola e afirmando que não toleraria mais a relutância em se aprovar as reformas. E ainda provocava: “Há militares que não aprendem a se comportar devidamente na caserna e vão a público ditar normas.”¹³

O radicalismo se aprofundava. Ofendido, Muricy, imediatamente, foi a Recife se queixar ao marechal Castello Branco, na época, comandante do IV Exército. Diante da comprovação do episódio, feita através de uma fita com a gravação do discurso de Brizola, Castello Branco enviou ao ministro da Guerra, Amaury Kruel, um relatório reservado com cinco itens. No mais contundente deles, afirmava que era “notório o esforço desse deputado [Brizola] para dividir o Exército, agora entre *brizolistas* e gorilas, em desmoralizar seus chefes, coronéis e generais, e voltar-se para os sargentos como seus adeptos. Já se vislumbra que tal processo de difamação e insídias se reproduz



Com seus discursos incendiários e provocativos, o deputado Leonel Brizola aumentava as animosidades numa época em que os atritos ideológicos já eram por si só suficientes para criar grandes cisões na sociedade brasileira

no meio de estudantes, sindicatos e na imprensa, ofendendo as instituições militares nesta quadra difícilíssima da Nação”.¹⁴

No dia 8, assim que recebeu o ofício, o general Amaury Kruel foi ao encontro do presidente João Goulart, solicitando sua intervenção para que Brizola se contivesse. O estrago era grande. Mesmo proibidos de enviar cartas e telegramas de solidariedade ao general Muricy, oficiais organizaram um abaixo-assinado, com cerca de quinhentas assinaturas, de repúdio a Brizola e apoio a Muricy. A partir daí, muitos desses militares, que até então eram neutros, acabaram se aproximando dos que trabalhavam pelo golpe. Em tom irônico, o jornalista Hélio Fernandes comentou o rompante de Brizola na *Tribuna da Imprensa* de 10 de maio¹⁵:

“O Sr. Leonel Brizola está sendo considerado um novo Caxias, verdadeiro pacificador do Exército: pois a reação a ele foi tão impressionante e sólida que uniu os grupos mais diversos, colocando na mesma trincheira generais, coronéis, majores, capitães e tenentes, que há muito estavam separados e alguns até lutando por conta própria. A reação foi tão pronta que até mesmo alguns militares que sempre deram cobertura a Brizola não puderam abrir o bico.”

Para evitar maiores danos, ao contrário do cunhado, Jango seguia acreditando que a melhor maneira de conseguir as reformas era através do diálogo com todos os segmentos da sociedade (trabalhadores, empresários, estudantes, imprensa, partidos políticos e militares). Brizola, no entanto, não queria conversa. Persistia nas suas severas críticas ao governo – para ele, muito tímido e conciliatório –, reafirmando que só através do confronto com o capital estrangeiro é que o país alcançaria sua independência. Depois do incidente de Natal, os dois aliados acabaram rompendo relações:

Jango se via cada vez mais pressionado. E não só internamente. Em junho, quando esteve no Vaticano para a cerimônia de inauguração do pontificado de Paulo VI, teve um encontro com o presidente John Kennedy, dos Estados Unidos. Tratado com frieza e indiferença, ainda foi interpelado sobre a existência de comunistas em seu governo. Kennedy citou explicitamente os nomes do seu assessor de imprensa, Raul Ryff, e do ministro das Relações Exteriores, Evandro Lins e Silva. Não era bem assim: Ryff, há tempos, havia se desligado do PCB e o brilhante advogado Evandro Lins e Silva se dizia apenas um socialista, o que, porém, naqueles tempos de polarização, era algo inaceitável para um presidente americano, mesmo para o moderado Kennedy.

Tanto que o sufoco econômico seguia sendo promovido pelos Estados Unidos. Inconformado com a expropriação de empresas americanas no Rio



João Goulart teve dificuldades de conciliar as suas medidas reformistas com os interesses econômicos dos Estados Unidos. Acompanham o seu encontro com John Kennedy, Lincoln Gordon, Roberto Campos, San Tiago Dantas e Dean Rusk

Grande do Sul, Kennedy avisava que “sem adequada e correta compensação”, o Brasil não receberia qualquer tipo de auxílio. E isso era o que mais o país precisava naquele momento, já que a dívida externa alcançava a cifra exorbitante de três bilhões de dólares. Mesmo assim, os norte-americanos e o FMI se recusavam a dar qualquer apoio. Essa possibilidade só seria aventada se fosse definido um rígido plano de estabilização da moeda. Enquanto isso não acontecesse, todos os créditos ao Brasil seriam bloqueados.

Jango se via com uma capacidade de manobra bastante reduzida. Curvar-se a essa imposição – considerada essencial pelos banqueiros internacionais para que se resolvessem os problemas da alta da inflação e da dívida externa – significaria empreender uma política de arrocho salarial, algo que se chocaria com suas convicções e também com os interesses da classe trabalhadora. O presidente avançou ainda mais na sua posição nacionalista, regulamentando a Lei de Remessas de Lucros – a assinatura, porém, só aconteceria em